



Casarões condenados abrigam 260 pessoas

**GEORGE BRITO,
HELGA CIRINO E
HIEROS VASCONCELOS**

Dos 111 casarões com alto risco de desabar em Salvador – conforme dados da Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador (Codesal) –, 38 deles abrigam pelo menos 260 pessoas. O dado foi apurado por A TARDE ontem, quando três equipes de reportagem visitaram os 38 casarões, distribuídos em oito bairros da capital: Barbalho (4), Carmo (1), Centro Histórico (1), Comércio (14), Dois de Julho (2), Nazaré (6), Santo Antônio (6) e Saúde (4).

Em geral, as moradias de valor histórico e arquitetônico apresentam infiltrações nas paredes e tetos, assoalhos apodrecidos, fiações elétricas expostas, fachadas danificadas com desprendimento de reboco, alvenarias comprometidas, ferragens expostas e oxidadas e rachaduras.

Para o engenheiro da Codesal Gilberto Campos, essas são evidências muito graves que apontam para riscos de desabamento. Mas também há outros indicadores do perigo de os imóveis ruírem, aparentemente mais simples, mas que podem apontar

riscos graves e que precisam ser checados, a exemplo de portas empenadas, com dificuldade de fechar ou inchadas por causa da água da chuva. Campos destaca que qualquer alteração na estrutura da casa, na parede ou no piso, exige mais atenção do residente, que deve chamar a Codesal imediatamente (199) para fazer uma avaliação.

Perfil

O perfil dos moradores localizados por A TARDE varia desde profissionais do sexo e usuários de drogas, até integrantes do movimento dos sem-teto, trabalhadores informais e aposentados com baixo poder aquisitivo, que não têm outra opção de moradia. Alguns, aos poucos, tentam angariar recursos para reformar os imóveis, cujos proprietários legais são desconhecidos. Outros esperam uma ação do poder público.

A aposentada Ivanildes Queiroz Soares, 79, por exemplo, mora há 30 anos na casa 131 da Ladeira da Soledade. Merendeira há várias décadas do Colégio Estadual Carneiro Ribeiro, no mesmo lo-

cal, ela passou a morar no casarão como inquilina do proprietário, de quem só lembra o primeiro nome. "Era Laurentino, que já morreu. A esposa passou a receber, depois sumiu, dona Lourdes", relata. Mãe de oito filhos, mora com apenas um. Os outros estão espalhados em outros cômodos do casarão. "Quem segura

isso aqui é Deus. Toda vez que olho para o teto, sinto uma aflição muito grande. Mas para onde vou com um salário mínimo?", desabafa.

Histórico

Na década de 1970, a Codesal fez o primeiro levantamento dos casarões, todos localizados no Centro Histórico. As

moradias tinham risco de desabamento e necessitavam de escoramento.

O órgão realizou um novo trabalho em 1994. Batizada de *Imóveis Tombados – Projeto de Intervenção Emergencial*, a avaliação teve parceria de instâncias como Ipac e Iphan. Na época, foram identificados 159 imóveis que ofere-

ciam riscos de desabamento iminente.

Somente dez anos depois, a Codesal realizou uma nova vistoria. Em 2004, foram catalogados 414 casarões que apresentavam algum risco. Em 2008, outro trabalho voltou a ser realizado e 224 imóveis apresentaram riscos alto e médio.



Para Iphan, donos e município são responsáveis

MARJORIE MOURA

Para o chefe de gabinete do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na Bahia, Mateus Morbeck, o tombamento, de um modo geral, restringe o exercício do direito de propriedade individual em prol da coletividade. Porém, segundo ele, em resposta via e-mail a A TARDE, "isso não substitui a responsabilidade dos proprietários na conservação dos imóveis, bem como a responsabilidade dos órgãos de defesa civil em salvaguardar a vida das pessoas, seja pela retirada de moradores de áreas de risco, seja pela desocupação de imóveis que ofereçam risco, estes em sua grande maioria ocupados irregularmente".

Morbeck diz que "há sentença judicial determinando que a Defesa Civil lacrasse imóveis em risco". Sobre as autorizações à intervenção do município em imóveis tombados, "todas as solicitações de autorização para o escoramento, restauração e eventualmente demolição de imóveis em áreas tombadas pelo governo federal, que oferecem risco, desde que devidamente instruídos, são analisadas e atendidas com a urgência que o caso requer".

Segundo ele, "só neste primeiro semestre, o Iphan já executou cerca de R\$ 40 milhões em ações de promoção e preservação do patrimônio tombado na Bahia".

Seis em cada dez imóveis construídos são irregulares

Cerca de 444 mil imóveis de Salvador são irregulares. Segundo dados de 2009 do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Bahia (Crea), 60% das 740 mil habitações da capital não possuem alvará de construção.

O chefe de gabinete do Crea, Giesi Nascimento Filho, disse anteontem que este percentual é hoje entre 60% e 65%. Os imóveis são irregulares por não haver titularidade dos terrenos, responsáveis técnicos pelas obras ou por não possuírem alvarás.

No ano passado, foram emitidas 5.161 notificações para construções irregulares em Salvador. As edificações sem alvará, feitas pelos próprios moradores, sem orientação, são comuns em bairros populares. "Pernambués tem uma incidência muito grande de construções irregulares", afirmou Giesi.

GEORGE BRITO